

# PROVA DA OLIMPÍADA JURÍDICA

## 1ª ETAPA

### QUESTÕES OBJETIVAS

**1. Observe o veto ao artigo 59, da Lei 9.605/98, que trata expressamente do crime de poluição sonora, na hipótese de constatação de emissão de ruídos acima do permitido.**

**Pautados nesta informação, escolha a alternativa ADEQUADA.**

- a) É crime a teor do disposto no artigo 54 da Lei 9.605/98.
- b) Configura apenas infração administrativa, em face do veto presidencial.
- c) Configura sempre a contravenção penal, prevista no artigo 42, do Decreto-lei 3.688/41, que institui a Lei das Contravenções Penais.
- d) Caracterizará o delito previsto no art. 54 da Lei n. 9.605/98, se a poluição gerada tiver o condão de, ao menos, poder causar danos à saúde humana, caso contrário será a contravenção penal prevista no artigo 42, do Decreto-lei 3.688/41.
- e) Nenhuma das opções aludidas está correta.

**2. No que tange ao conceito de meio ambiente, trazido no art. 225 da Constituição Brasileira de 1988, assinale a alternativa CORRETA:**

- a) Teve como inspiração o art. 45 da Constituição Espanhola do qual se deduz claramente que este bem jurídico compreende todos os recursos naturais necessários para preservar a qualidade de vida do homem. Trata-se de um conceito que compreende os diversos elementos, tais como: água, ar, solo, fauna e flora, além das suas interações recíprocas.
- b) Deflui-se que tem por finalidade a proteção, o abrigo e a preservação de todas as formas de vida, sendo que, para chegar a esse desiderato, deve-se resguardar o equilíbrio do ecossistema.

- c) O conceito normativo de meio ambiente é teologicamente biocêntrico, mas ontologicamente ecocêntrico, ou seja, verifica-se que o legislador adotou a teoria biocêntrica e ecocêntrica.
- d) Demonstra a idéia de processualidade, expondo que a integridade dos meios de vida se baseia em equilíbrios complexos, em ciclos de reprodução e em faculdades de regeneração.
- e) À medida que o homem integra a natureza e, dentro do seu meio social, transforma-a, não há como se referir à atividade humana sem englobar natureza, cultura e, conseqüentemente, sociedade. Toda relação humana é uma relação natural, toda a relação com a natureza é uma relação social.

**3. Quanto ao princípio do poluidor pagador (PPP), consoante a teoria de Maria Alexandra de Sousa Aragão, assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) O PPP se identifica efetivamente com o princípio da causalidade na responsabilidade civil, ou seja, os fins do PPP identificam-se com as funções gerais da responsabilidade civil: reparadora, preventiva e sancionatória e não com os fins próprios do direito ambiental.
- b) Os fins do PPP se identificam com os fins próprios do direito ambiental, devido à ênfase preventiva e à vocação redistributiva.
- c) O fim da prevenção do PPP, em sentido lato, comporta a vertente de precaução que se aplica quando há apenas suspeita de que a atividade pode provocar danos ao meio ambiente.
- d) O PPP compreende o subprincípio da prevenção, visto que se aplica quando já há certeza do dano provocado por uma certa atividade e que abrange, sobretudo, o controle da poluição gradual que, por um efeito de acumulação, pode se tornar aguda, conduzindo à ruptura do equilíbrio ecológico.
- e) A aplicação do PPP, para a proteção do ambiente, é um processo diacrônico que pressupõe a fiscalização e a avaliação periódica dos resultados da aplicação das medidas de prevenção dinâmica.

**4. Acerca da visão de Cristiane Derani sobre Direito Ambiental, pode-se dizer que as assertivas a seguir são condizentes. Assinale a que for EXCEÇÃO:**

- a) As normas de proteção ao meio ambiente são, evidentemente, sociais, humanas. Destinadas a moderar, a racionalizar, enfim a buscar uma “justa medida” na relação do homem com a natureza.
- b) As normas são essencialmente voltadas para uma relação social e não para uma “assistência” à natureza.
- c) O direito ambiental é um direito para o homem. É um direito que deve ver o homem em todas as suas dimensões de sua humanidade.
- d) O direito ambiental responde um conflito interno da sociedade, interpondo-se no desenvolvimento de seus atos.
- e) A qualidade de vida almejada pelo direito ambiental não coincide com a proposta de finalidade do direito econômico, visto que esta é entendida somente como conjunto de bens e comodidades materiais.

**5. No que concerne à Teoria dos Direitos Humanos, assinale a assertiva abaixo, que se encontra de acordo com o que Norberto Bobbio leciona sobre a temática do direito ambiental:**

- a) Os direitos de terceira geração, como o direito ambiental, não eram sequer concebíveis, quando foram promulgadas as primeiras Declarações setentistas. Essas exigências nascem somente quando nascem determinados carecimentos. Neste sentido, novos carecimentos nascem em função da mudança das condições sociais e quando o desenvolvimento técnico permite satisfazê-los.
- b) Os Estados, como meros administradores do patrimônio mundial, cultural e natural, devem informar e prestar contas, internacionalmente, sobre o estado em que se encontram esses bens e sobre as providências tomadas para protegê-los contra o risco de degradação natural ou social a que estão submetidos.
- c) De todos os direitos de terceira geração, sem dúvida, o mais elaborado é o direito ao meio ambiente.
- d) De modo geral, pode-se dizer que o direito ao meio ambiente importa em não fazer determinados casos, mas em fazer em outros.
- e) O direito ao meio ambiente fica na órbita do direito internacional e isso tolhe a sua efetivação.

**6. Considerando o princípio da informação ambiental, assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) A informação sobre meio ambiente deve obedecer aos mesmos requisitos das informações que as pessoas têm direito de receber. Assim, a informação deve ser veraz, contínua, tempestiva e completa.
- b) As empresas privadas ou públicas têm declinável dever de informar à Administração Pública a ocorrência de uma situação de perigo ou de risco, mas têm o dever indeclinável de informar à população, através de todos os meios de comunicação, inclusive os meios sonoros e luminosos.
- c) A informação ambiental é composta de dados técnicos, nos quais estão presentes normas de emissão e de padrões de qualidade.
- d) A informação ambiental abarca o interesse difuso ou coletivo. O meio ambiente é de quem procura, deseja ou quer informação, como é também de quem está apático, inerte ou não pediu para ser informado.
- e) Diferentemente da informação privada, a informação pública não é considerada pela doutrina como propriedade do Estado. Esta afirmação deriva do princípio político das sociedades democráticas o qual demonstra que os proprietários da informação pública são os cidadãos.

**7. No caso dos crimes de menor potencial ofensivo, estes são regulados pela Lei 9.099/95, que prevê a possibilidade da transação penal (consistente na aplicação imediata da pena de multa ou na restrição de direitos).**

**Em caso de crime ambiental, é CORRETO afirmar:**

- a) A transação penal é direito subjetivo do autor do fato e, uma vez presentes os requisitos objetivos e subjetivos, deve ser concedido o benefício, que, com a alteração do conceito de delito de menor potencial ofensivo (Lei 10.259/01), passou a abranger as infrações a que a lei comine pena máxima não superior a dois anos.
- b) Nenhum crime pode ser considerado de menor potencial ofensivo, porque os danos ao meio ambiente, mesmo pequenos nunca são insignificantes.

- c) Nenhum crime pode ser considerado de menor potencial ofensivo, porque o meio ambiente é bem de uso comum do povo, portanto ele é indisponível.
- d) Se se considerar a pena máxima prevista para o delito, é possível a aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou de multa prevista no art. 76 da Lei n. 9.099/95, mas a proposta somente poderá ser formulada desde que o autor comprove a prévia composição do dano ambiental de que trata o art. 74 da mesma lei, salvo em caso de comprovada impossibilidade.
- e) Todas as informações aduzidas estão equivocadas.

**8. Observe as assertivas, a seguir, acerca dos princípios da prevenção e da precaução.**

São características do princípio da prevenção:

I – Informar o licenciamento ambiental;

II – Ter sua atenção está voltada para o momento anterior à consumação do dano;

III – Ser princípio basilar em matéria ambiental;

IV – Trabalhar com o risco certo;

V – Aplicar-se a impactos ambientais já conhecidos que tenham uma história de informações sobre eles.

São características do princípio da precaução:

I – Ter nascido no princípio 15 do ideário, elaborado por ocasião da Declaração do Rio de Janeiro;

II – Ter ação antecipada diante do risco ou do perigo desconhecido;

III – Envolver risco abstrato ou potencial;

IV – Possibilitar inversão do ônus da prova nas demandas ambientais;

V – Ser a base da causa de pedir na ação civil pública.

**Assinale a opção CORRETA, concernente aos princípios de prevenção e de precaução:**

- a) Nenhuma assertiva, quanto aos princípios de prevenção e de precaução, é falsa.
- b) Somente duas assertivas, em todas as opções, não são verdadeiras.

- c) Somente quatro assertivas, em todas as opções, não são verdadeiras.
- d) Somente seis assertivas, em todas as opções, não são verdadeiras.
- e) Todas as afirmativas, quanto aos princípios de prevenção e de precaução, são falsas.

**9. Acerca da responsabilidade civil por dano ambiental, assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) A responsabilidade civil pelo dano ambiental fundamenta-se no art. 225, parágrafo 3º, da Constituição Federal de 1988, que recepcionou o art. 14, parágrafo 1º, da Lei 6938/81.
- b) A teoria do risco integral busca a identificação da causa adequada à produção do dano.
- c) A averiguação do dano é tarefa árdua, que depende de uma prova técnica interdisciplinar capaz de apurar a totalidade dos impactos, além disso deve-se considerar, inclusive, seus efeitos acumulativos, potenciais e futuros.
- d) A reparação do dano é norteadada pelo princípio da reparabilidade integral e pelo princípio da prioridade da restauração ambiental.
- e) Se houver mais de um responsável pela degradação ambiental, estabelecer-se-á solidariedade passiva, já que o dano ambiental é fato único e indivisível, visto que o nexo causal é comum.

**10. Para Paulo de Bessa Antunes, o desenvolvimento do direito ambiental, no que tange às fontes materiais, passou pelas seguintes fases:**

- a) A primeira foi a jurisprudência o fator fundamental na construção do direito ambiental, principalmente devido ao uso de muitos princípios; a segunda foi representada pelos nascimentos dos movimentos dos cidadãos pela qualidade de vida; a terceira foi as descobertas científicas, principalmente, no que tange às alterações climáticas.
- b) A primeira foi a fase de evolução capitalista de produção; a segunda, o impacto das novas tecnologias, sobretudo no campo da indústria química e da engenharia genética; a terceira, a crise do estado de bem-estar social.

- c) As fases coexistiram e guardaram relações bastante complexas entre si e eram as mais variadas possíveis, mas ressalta-se o movimento dos cidadãos e as descobertas científicas.
- d) A primeira foi a fase de utilização sem limites dos usos dos recursos naturais; a segunda baseia-se na diminuição da qualidade de vida e na necessidade de intervenção do Estado; a terceira tem como precursor o desenvolvimento do direito internacional do meio ambiental.
- e) Não há fases, mas sim uma coexistência de fatores que foram freados devidos aos fatos políticos e econômicos que marcaram a década de 70. A crise do petróleo levou os países capitalistas a mergulharem em recessão, advindo daí profundos problemas fiscais nos países que haviam optado pelo modelo do estado do bem-estar social.

**11. A empresa Cathe's Ltda e seus sócios diretores Jucrécio Armino e Juceudir Gouveia foram denunciados por causar poluição através do lançamento de resíduos em rios, em desacordo com as exigências estabelecidas em leis e em regulamentos. Devido a isso, o Ministério Público entrou com uma ação criminal.**

**Para conseguir o trancamento da ação penal, foi impetrado um *habeas corpus*. Neste instrumento, sustentam que não houve a prática de qualquer delito, visto que a empresa possui licença de funcionamento e de operação emitida por órgão competente.**

**Quanto às informações aludidas, assinale a alternativa CORRETA:**

- a) Nossa legislação é clara no sentido de que somente comete crime a empresa que causar poluição de qualquer natureza em desacordo com as exigências estabelecidas em leis ou em regulamentos. Assim, para se configurar crime ambiental, é necessário que a empresa não possua a licença de operação ambiental fornecida pelo órgão competente.
- b) Se houver prova do dano ambiental e houver nexos entre a conduta da empresa e o resultado danoso, a empresa e seus diretores devem ser

processados criminalmente, independentemente de qualquer outra comprovação.

- c) A partir do momento em que o representante legal ou órgão colegiado da empresa determina dolosamente a emissão de poluentes com limites superiores aos estabelecidos em lei, trazendo alguma vantagem para a empresa, existe, em tese, a prática de crime ambiental, independente de possuir licença ou não.
- d) A simples licença formal não autoriza afirmar que a empresa vinha atuando dentro dos padrões e das exigências estabelecidas em leis ou em regulamentos, visto que a simples comprovação do descumprimento da licença é suficiente para configurar conduta penalmente típica da empresa e de seus diretores.
- e) Todas as informações aduzidas nas opções acima estão equivocadas.

**12. Verifique as informações aduzidas, a seguir, acerca da Função Social (moderna) da Propriedade:**

I – O direito somente protege a propriedade que desenvolve uma relação de produção sustentável, tanto do ponto de vista social como do ambiental.

II – O exercício de direitos privados deve frutificar-se em bem-estar social.

III – Pela função social da propriedade, o proprietário torna-se um colaborador da administração ambiental e os seus bens passa à condição de patrimônio obrigado.

IV – A base solidária do princípio da função social da propriedade, em sua dimensão ambiental, encontra-se claramente inscrita no art. 225 da Constituição Federal de 1998.

V – Os princípios constitucionais de proteção ambiental integram, como mandamentos nucleares, a função social da propriedade, estruturando-a e conferindo-lhe novo fundamento de validade e nova roupagem, de sorte que somente possa ser compreendida e cumprida quando, respeitando o interesse coletivo, estiver em consonância com a preservação do meio ambiente, em prol das presentes e futuras gerações.

**De acordo com as informações elencadas, assinale a alternativa CORRETA:**



- a) Nenhuma afirmativa é verdadeira.
- b) Somente uma afirmativa é verdadeira.
- c) Somente duas afirmativas são verdadeiras.
- d) Somente três afirmativas são verdadeiras.
- e) Todas as afirmativas são verdadeiras.

**13. Considere as seguintes afirmativas, com relação ao LICENCIAMENTO AMBIENTAL:**

I – Compete ao órgão ambiental estadual ou do Distrito Federal o licenciamento ambiental dos empreendimentos e atividades: localizados ou desenvolvidos em mais de um Município ou em unidades de conservação de domínio estadual ou do Distrito Federal.

II – Licença de Instalação (LI) – concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou da atividade, aprova sua localização e sua concepção, atesta a viabilidade ambiental e estabelece os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação.

III – Não poderão ser estabelecidos procedimentos simplificados para as atividades e os empreendimentos de pequeno potencial de impacto ambiental.

IV – Poderá ser admitido um único processo de licenciamento ambiental para pequenos empreendimentos e atividades similares e vizinhos ou para aqueles integrantes de planos de desenvolvimento aprovados, previamente, pelo órgão governamental competente, desde que definida a responsabilidade legal pelo conjunto de empreendimentos ou de atividades.

V – Na renovação da Licença de Instalação (LI) de uma atividade ou de um empreendimento, o órgão ambiental competente poderá, mediante decisão motivada, aumentar ou diminuir o seu prazo de validade, após avaliação do desempenho ambiental da atividade ou do empreendimento no período de vigência anterior.

**Em relação ao que foi afirmado, assinale a alternativa CORRETA:**

- a) Nenhuma afirmativa é verdadeira.

- b) Somente uma afirmativa é verdadeira.
- c) Somente duas afirmativas são verdadeiras.
- d) Somente três afirmativas são verdadeiras.
- e) Todas as afirmativas são verdadeiras.

**14. Considerando que o SISNAMA estabelece uma rede de órgãos destinados à proteção ambiental, assinale a alternativa INCORRETA no que tange às suas competências:**

- a) Compete ao IBAMA propor ao CONAMA normas e padrões para implantação, acompanhamento e fiscalização do licenciamento previsto no artigo anterior, além das que forem oriundas do próprio CONAMA.
- b) O órgão estadual do meio ambiente e o IBAMA, este em caráter supletivo, poderão, se necessário e sem prejuízo das penalidades pecuniárias cabíveis, determinar a redução das atividades geradoras de poluição, para manter as emissões gasosas, os efluentes líquidos e os resíduos sólidos dentro das condições e limites estipulados no licenciamento concedido.
- c) Compete ao IBAMA a fiscalização e o controle da aplicação de critérios, normas e padrões de qualidade ambiental os quais serão exercidos em caráter supletivo de atuação do órgão estadual e do municipal competente pelo IBAMA.
- d) Compete ao CONAMA determinar, quando julgar necessário, a realização de estudos das alternativas e das possíveis conseqüências ambientais de projetos públicos ou privados, requisitando aos órgãos federais, estaduais e municipais, bem como a entidades privadas as informações indispensáveis para apreciação dos estudos de impacto ambiental e os respectivos relatórios, no caso de obras ou de atividades de significativa degradação ambiental, especialmente nas áreas consideradas patrimônio nacional.
- e) Órgãos Seccionais são os órgãos ou as entidades locais responsáveis pela execução de programas, de projetos e pelo controle e fiscalização de atividades capazes de provocar a degradação ambiental.

**15. Assinale a alternativa que NÃO está em conformidade com a regulamentação dos conhecimentos tradicionais associados:**

- a) Os benefícios decorrentes da exploração econômica de produto ou de processo, desenvolvido a partir de amostra do patrimônio genético ou de conhecimento tradicional associado, poderão constituir-se em pagamento de *royalties*.
- b) O Contrato de Utilização do Patrimônio Genético e de Repartição de Benefícios deverá indicar e qualificar, com clareza, as partes contratantes – de um lado, o proprietário da área pública ou privada, ou o representante da comunidade indígena e do órgão indigenista oficial, ou o representante da comunidade local; de outro lado, a instituição nacional autorizada a efetuar o acesso e a instituição destinatária.
- c) Os benefícios resultantes da exploração econômica de produto ou de processo, desenvolvido a partir de amostra de componente do patrimônio genético e de conhecimento tradicional associado, obtidos por instituição nacional ou instituição sediada no exterior, serão repartidos na proporção de 60% para instituição nacional ou estrangeira e 40% para os detentores da amostra do patrimônio genético ou do conhecimento tradicional associado.
- d) À comunidade indígena e à comunidade local que criam, desenvolvem, detêm ou conservam conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético, é garantido o direito de indicação geográfica.
- e) Conhecimento tradicional associado é informação ou prática individual ou coletiva de comunidade indígena ou de comunidade local, com valor real ou potencial, associada ao patrimônio genético.

**16. À luz do texto da Constituição da República, restam asseguradas as seguintes competências:**

I – Compete privativamente à União legislar sobre jazidas e minas.

II – É de competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas.

III – É de competência comum da União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar sobre a proteção do meio ambiente e o controle da poluição.

IV – É competência concorrente da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos.

V – É de competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios preservar as florestas, a fauna e a flora.

VI – Compete privativamente à União legislar sobre águas e energia.

VII – Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre a defesa do solo.

VIII – Compete aos Municípios promover o adequado ordenamento territorial.

IX – Compete aos Municípios legislar sobre assuntos de interesse ambiental local.

X – Compete à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios legislar concorrentemente sobre florestas e caça.

**Assinale a opção que condiz com a verdade:**

- a) Somente as de número I, III, IV, V, VII e X estão incorretas.
- b) Somente as de número I, II, V, VI, VIII e IX estão corretas.
- c) Somente as de número II, III, IV, V, VII e IX estão incorretas.
- d) Somente as de número I, III, V, VII, VIII e IX estão corretas.
- e) Somente as de número II, III, V, VI, VII e IX estão incorretas.

**17. Sabendo que as Avaliações de Impacto Ambiental se lastreiam, em grande parte, no princípio da publicidade e no princípio da obrigatoriedade, assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) O EIA pode ser substituído pelo EIV, uma vez que ambos são norteados pelos mesmos princípios e possuem a mesma abrangência.
- b) A administração pública não pode dispensar o estudo de impacto ambiental, quando se trata de licenciamento de atividade potencialmente poluidora ou causadora de degradação ambiental.

- c) A Constituição do Estado do Espírito Santo determina que o EIA/RIMA seja submetido à apreciação da comissão permanente e específica da Assembléia Legislativa.
- d) Faz-se necessária, no EIA, a análise da qualidade de vida, principalmente no que tange à geração e à utilização de mão de obra local.
- e) A finalidade das audiências públicas é assegurar o cumprimento dos princípios democráticos que informam o direito ambiental.

**18. A seguir, há ponderações sobre a natureza jurídica da licença ambiental:**

I – Para Paulo Bessa Antunes, a licença ambiental não pode ser reduzida à condição jurídica de simples autorização, pois os investimentos econômicos que se fazem necessários para implantação de uma atividade utilizadora de recursos naturais, em geral, são elevados.

II – Segundo Paulo Leme Machado, o emprego da expressão “licença ambiental” não traduz a expressão “licença” no seu rigor técnico.

III – Celso Pacheco Fiorillo considera a licença ambiental um ato discricionário *sui generis*.

IV – Nos dizeres de Daniel Roberto Fink, a licença ambiental resulta de um direito subjetivo do interessado que, para seu exercício, precisa preencher alguns requisitos previstos em lei.

**Assinale a alternativa CORRETA quanto à veracidade das teorias apresentadas e a correspondência com o doutrinador:**

- a) Nenhuma afirmativa é verdadeira.
- b) Somente uma afirmativa é verdadeira.
- c) Somente duas afirmativas são verdadeiras.
- d) Somente três afirmativas são verdadeiras.
- e) Todas as afirmativas são verdadeiras.

**19. A questão seguinte possui cinco alternativas, sendo que quatro delas podem expressar afirmações verdadeiras e UMA pode expressar uma**

**afirmação falsa, ou quatro podem expressar afirmações falsas e UMA pode expressar uma afirmação verdadeira. Assinale a alternativa que se DISTINGUE DAS DEMAIS.**

- a) Nos parques nacionais e nas reservas biológicas, é defeso o uso direto de recursos naturais, mesmo quando se tratar de uso sustentável do meio ambiente.
- b) A desconstituição de reserva particular do patrimônio natural pode ser feita a qualquer tempo pelo seu proprietário, desde que ele indenize o poder público pelos eventuais investimentos realizados e incentivos concedidos.
- c) As atividades economicamente sadias são permitidas nas Áreas de Relevante Interesse Ecológico, desde que devidamente controladas pelo órgão competente.
- d) O Parque Nacional tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e de interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.
- e) A Reserva de Fauna é uma área natural com populações animais de espécies nativas, terrestres ou aquáticas, residentes e migratórias, adequadas para estudos técnico-científicos sobre manejo econômico sustentável de recursos faunísticos.

**20. Agostinho Carrara, proprietário rural, descobriu que uma pedra existente em sua propriedade era, na verdade, um tipo raro e caro de granito. Há uma semana resolveu extrair o granito, sem qualquer tipo de autorização, e retirou cerca de 30 metros cúbicos de pedra por dia, por causa disso autuado pela Polícia Ambiental.**

**À luz dessas informações, assinale a opção CORRETA:**

- a) Todas as informações a seguir estão corretas.
- b) João deverá ser preso em flagrante pela prática de crime ambiental, e será instaurado contra ele inquérito policial.

- c) João deverá ser responsabilizado apenas administrativamente, e a Polícia Ambiental deverá aplicar a multa respectiva.
- d) Além de infração administrativa, João cometeu crime e deverá ser lavrado termo circunstanciado e encaminhado ao Juizado Especial Criminal da Comarca.
- e) João responderá administrativa e civilmente, e sua conduta não configurará fato penalmente típico.

**21. O texto da Constituição da República, no que concerne aos Direitos Indígenas, assegura que:**

I – A inalienabilidade e a imprescritibilidade que gravam as terras indígenas opõem-se à União e às próprias comunidades indígenas.

II – A demarcação das terras tem única e exclusivamente a função de criar uma delimitação espacial da titularidade e de opô-la a terceiros.

III – A Constituição determina a nulidade de alguns atos jurídicos referentes à ocupação, ao domínio e à posse das terras indígenas.

IV – As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios não são terras que imemorialmente tenham sido ocupadas pelos indígenas.

V – No caso das terras indígenas que estejam situadas na faixa de fronteira, é indiscutível que estas pertencem à União por dupla afetação: por estarem na faixa de fronteira e por serem terras indígenas.

**Em relação ao que foi afirmado, assinale a alternativa CORRETA:**

- a) Somente quatro afirmativas são verdadeiras.
- b) Nenhuma afirmativa é verdadeira.
- c) Somente uma afirmativa é verdadeira.
- d) Somente duas afirmativas são verdadeiras.
- e) Todas as afirmativas são verdadeiras.

**22. A sociedade Mãos Limpas Produtos de Limpeza, cujo objetivo principal é a fabricação de detergente, alterou a fórmula do seu produto. Assim, ao apostar muito no sucesso da mudança, o sócio-administrador determinou que fosse dobrada a produção de detergente. Para surpresa geral, a nova fórmula não foi**

**aceita pelos consumidores e a sociedade Mãos Limpas amargou um prejuízo enorme. Como o estoque estava abarrotado do produto fracassado, o administrador decidiu que o detergente deveria ser despejado em um córrego próximo à fábrica.**

**Mediante o exposto, de acordo com a Lei 9.605/98, a sociedade pode ser acionada para ressarcimento dos prejuízos causados ao meio ambiente por meio do instituto da:**

- a) Responsabilidade civil objetiva;
- b) Responsabilidade civil subjetiva;
- c) Teoria da aparência;
- d) Teoria do risco segurado;
- e) Teoria da desconsideração da personalidade jurídica.

**23. Chico Bento arrendou uma área das terras da Família Buscapé para o plantio de cana de açúcar. O contrato encontra-se perfeito entre as partes, porém o arrendatário não utiliza meios modernos para a colheita. A comunidade, residente nas proximidades da fazenda, sofre com a poluição do ar, originada das queimadas constantes.**

**A rescisão contratual poderá se dar com base no princípio da:**

- a) Boa-fé objetiva;
- b) Função social;
- c) Autonomia da vontade;
- d) Consensualismo;
- e) Relatividade dos efeitos contratuais.

**24. Acerca dos instrumentos de proteção ao patrimônio cultural, assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) O tombamento é um dos institutos com assento constitucional destinados a assegurar a preservação de um bem de valor cultural ou natural.



- b) O tombamento pode ser provisório ou definitivo, conforme esteja o processo iniciado pela notificação ou concluído pela inscrição dos referidos bens no competente Livro Tombo.
- c) Quanto aos destinatários, o tombamento pode ser geral ou individual, se ele atingir um conjunto de bens, um bairro, uma cidade ou, na segunda hipótese, atinja um bem particular.
- d) O plano diretor, ao estabelecer o seu zoneamento urbano-ambiental, poderá definir áreas especiais de preservação do patrimônio cultural, nas quais devem vigorar normas diferenciadas para padrões construtivos e outros fatores de limitação ao exercício do direito da propriedade.
- e) É unânime a posição dos doutrinadores no tocante à natureza jurídica do tombamento.

**25. Acerca do zoneamento ambiental, assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) O zoneamento ambiental está previsto como instrumento da Política Nacional do Meio Ambiental no art. 9º, inciso II, da Lei 6938/81.
- b) O zoneamento ambiental vincula-se ao urbanismo e está expressamente previsto no Estatuto da Cidade como Instrumento da Política Urbana, pois se relaciona com o desenvolvimento da cidade, mas vai além, visto que atinge áreas rurais.
- c) O zoneamento urbano afigura-se como limitação ao direito de propriedade, por meio do qual o poder público exerce o seu poder de polícia.
- d) O zoneamento estabelecido pelo município, em seu plano diretor, é somente obrigatório para municípios com mais de 20 mil habitantes.
- e) O novo Código Civil, ao dispor sobre os direitos de vizinhança, impõe à observância às normas de zoneamento.

**26. O art. 10 do Código de Defesa do Consumidor, o qual estabelece que “o fornecedor não poderá colocar no mercado de consumo produto ou serviço que sabe ou deveria saber apresentar alto grau de nocividade ou periculosidade à saúde ou segurança”, reflete o princípio da:**

- a) Precaução;

- b) Prevenção;
- c) Desenvolvimento Sustentável;
- d) Ubiquidade;
- e) Informação.

**27. As normas de direito ambiental, previstas na Constituição, exercem influência no exercício da competência tributária, autorizando a criação de tributos com caráter extrafiscal e tributos devidos em razão de atuação do poder público em relação ao meio ambiente. Nesse sentido, assinale a alternativa que corresponde à natureza do tributo que tem por fato gerador a atuação estatal de fiscalização ambiental.**

- a) Imposto.
- b) Contribuição de melhoria.
- c) Taxa.
- d) Contribuição social.
- e) Tarifas.

**28. A questão seguinte possui cinco alternativas, sendo que quatro delas podem expressar afirmações verdadeiras e UMA pode ser uma afirmação falsa, OU quatro podem expressar afirmações falsas e UMA pode ser uma afirmação verdadeira. Assinale a alternativa que se DISTINGUE DAS DEMAIS.**

- a) A responsabilidade civil, diante da existência de licenciamento ambiental e a observância de licenciamento ambiental e a observância dos limites de emissão de poluentes, será excluída.
- b) O dano moral coletivo consiste no impacto negativo causado ao bem-estar da coletividade pela degradação da fruição do meio ambiente e pela impossibilidade de fruição durante o tempo necessário para que a integral reparação ocorra.
- c) Apenas na teoria do risco criado, as excludentes da responsabilidade civil objetiva poderão ser aceitas.
- d) A exacerbação dos riscos advindos das atividades nucleares acarretou a sua regulamentação individual em nosso ordenamento.

- e) A proposta da diretiva da União Européia relativa à responsabilidade ambiental em termos de prevenção e de reparação dos danos ambientais admite excludentes de responsabilidade civil, inclusive o caso fortuito e a força maior.

**29. Dino da Silva Sauro foi autuado pela Polícia Ambiental, no dia 08 de julho de 2006, por volta das 11 horas, por ter efetuado o desmatamento de um hectare de sub-bosque de vegetação nativa da Mata Atlântica em estágio médio de regeneração, sem autorização do Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo (IDAF), órgão competente para tanto.**

**Com relação à conduta de Dino da Silva Sauro, é correto afirmar:**

- a) Configura a prática do crime descrito no art. 38-A da Lei 9605/98;
- b) É mera infração administrativa não configurando fato penalmente típico;
- c) Configura a prática do crime descrito no art. 39 da Lei 9605/98;
- d) Configura a prática do crime descrito no art. 38 da Lei 9605/98.
- e) Todas as informações aduzidas nas opções acima estão corretas.

**30. A respeito do uso de agrotóxicos, observe as seguintes afirmações e, após, faça o que se pede:**

- I – Os agrotóxicos, seus componentes e afins só poderão ser produzidos, exportados, importados, comercializados e utilizados se previamente registrados em órgão federal, de acordo com as diretrizes e as exigências formuladas dos órgãos responsáveis pelos setores de saúde, de meio ambiente e de agricultura.
- II – A fiscalização divide-se entre os estados membros da Federação e os municípios.
- III – Cabe ao Ministério do Meio Ambiente avaliar os agrotóxicos, com vistas a estabelecer sua classificação quanto à periculosidade ambiental.
- IV – É atribuição do Ministério da Agricultura estabelecer os parâmetros de rotulagem quanto aos cuidados devidos para a proteção da saúde humana.

V – Existe a possibilidade de que seja realizada a análise fiscal dos agrotóxicos, seus componentes e afins.

**Assinale a alternativa CORRETA:**

- a) Nenhuma alternativa é falsa.
- b) Somente uma alternativa é falsa.
- c) Somente duas alternativas são falsas.
- d) Somente três alternativas são falsas.
- e) Todas as alternativas são falsas.

# OLIMPIÁDA JURÍDICA 2007

## 2ª ETAPA

### PROVA DISCURSIVA – RESOLUÇÃO DE CASOS

#### → CASO 1

A Ucrânia, assim como o Brasil, é signatária da Convenção de Espool, sobre licenciamento ambiental, ou seja, obrigada aos mesmos princípios utilizados aqui.

O governo ucraniano deu início às licitações, em maio deste ano, da obra de maior impacto ambiental feita até hoje naquele país, **a canalização do delta do rio Danúbio**.

Encontra-se no delta a maior diversidade biológica do oeste europeu, mais de 375 aves, sendo que destas 75 está em extinção. Tal obra afetará 8 países e em todos o impacto ambiental será grande.

Como se vê, trata-se de tema que tem ocupado posição de destaque na pauta das ações políticas e que demanda soluções de cunho jurídico, político e internacional.

Vale salientar que problemas de licenciamento ambiental internacional também estão sendo discutidos no Mercosul. Nesse contexto, produza um texto que contemple os seguintes aspectos:

- Uma organização não governamental (ONG) solicitou ao seu grupo um parecer jurídico que questione a possibilidade de canalização do delta do rio Danúbio.

- Portanto, produza um parecer que ofereça argumentos jurídicos coerentes para fundamentá-lo. Inclusive faça alusão ao caso Argentina-Uruguai. Ademais, faça uso do contra-argumento para refutá-lo, com a finalidade de atribuir maior poder de convencimento ou mesmo de persuasão ao seu texto.

## → CASO 2



O cultivo de árvores em miniaturas “bonsai” faz parte da cultura japonesa. A prática de produzir gatos “bonsai” espalhou-se por muitos países.

Não obstante, muitos crerem que a produção de gatos “bonsais” seja uma “lenda”, você deve ater-se ao que será requisitado pelo seu cliente.

Deste modo, uma empresa de criação de animais solicitou à sua equipe um parecer que defenda a criação de gatos “bonsais”. Para realizá-lo, observe alguns critérios:

- Ofereça argumentos coerentes para a criação de gatos “bonsais”.
- Exponha, em sua fundamentação, os contra-argumentos que podem ser utilizados pelos organismos de proteção aos animais, para que a equipe possa refutá-los e, assim, atribuir maior força argumentativa ao parecer elaborado.
- Empregue, além de argumentos de cunho jurídico, argumentos de outras áreas que contribuam para a comprovação da tese.

## TERCEIRA FASE DA OLIMPÍADA JURÍDICA 2007

### ESTUDO DE CASO

Um organismo internacional de proteção ao meio ambiente, após a realização de diversos estudos, oficiou a Prefeitura de Vitória, sugerindo a criação de um parque de conservação do bioma local, em região indicada nos mapas que foram entregues juntamente com o ofício.

O Secretário Estadual de Meio Ambiente e de Recursos Hídricos estudou a proposta e constatou que há um projeto na Prefeitura, desde 1990, para desapropriar parte da área indicada, para a criação de um bairro popular. Nesta área, seriam construídas 5.000 casas populares com infra-estrutura destinada a abrigar mais de 30.000 pessoas, as quais já estão cadastradas. Os inscritos provêm, principalmente, de regiões próximas ao manguezal, os quais ameaçam o ecossistema local e o ambiente em que vivem apresenta condições sanitárias para o desenvolvimento da vida.

O proprietário da empresa *Piedras Lindas*, regularmente inscrita e destinada à extração de mármore e granito, após ter notícias do estudo, procurou o secretário e informou que está aguardando há 15 anos para iniciar suas atividades extrativas na mesma área, visto que não possuía a portaria de lavra expedida pelo Ministério de Minas e Energia. A empresa *Piedras Lindas* está prestes a conseguir a autorização do Ministério de Minas e Energia e começará a operar em poucos meses, com uma previsão de abertura de 1.000 postos de trabalhos (diretos e indiretos) e um incremento de 1 milhão de reais no Produto Interno Bruto do Estado.

No ofício enviado à Prefeitura, pelo organismo internacional de proteção ao meio ambiente, o mesmo já tinha a ciência do interesse no desenvolvimento de extração de rochas ornamentais na área. Além disso, tal organismo mencionou, no documento, que esta atividade trará conseqüências ambientais e sociais nocivas, no que diz respeito



especialmente à conservação das estradas e nos prováveis acidentes automobilísticos que podem advir disso, sem falar na possibilidade de assoreamento do Rio Jucu, principal bacia hidrográfica do Espírito Santo.

O prefeito, sensível à questão da proteção ambiental e aos demais interesses envolvidos, está em busca de alternativas que melhor resolvam este problema. Além disso, ele anseia muito que os interesses sejam conciliados, embora considere difícil atender a todos. Assim sendo, busca a solução mais justa.

É necessário registrar também que a desapropriação da área para a criação do local de preservação, além do espaço destinado à criação do bairro popular, atingirá também o Bairro Coração Verde.

Um grupo de juristas, cujo nome é \_\_\_\_\_, especialistas em Direito Ambiental, foi convidado pelo Secretário do Meio Ambiente para orientá-lo. Ele solicita que lhe seja apresentada proposta de como decidir a questão.

Cabe registrar que o secretário é muito detalhista e centralizador e gostará de receber informações detalhadas, com fundamentos jurídicos adequados, sobre cada um dos projetos previstos para a área e seus impactos ambientais.

Por fim, convém informar aos juristas que está agendada a apresentação da proposta com as devidas orientações de seu grupo, na secretaria das Faculdades de Vitória, no dia 24 de novembro de 2007. Ademais, o secretário informa que se surgirem novas informações elas serão repassadas para o seu grupo.

Sem mais para o momento,

Atenciosamente

**SECRETARIA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E DE RECURSOS HÍDRICOS**

**Instalada provisoriamente nas dependências das Faculdades de Vitória**

## ELEMENTO SURPRESA

Prezados Senhores Juristas,

O Ilustríssimo Secretário Estadual de Meio Ambiente e de Recursos Hídricos, por meio deste instrumento, vem à presença de Vossas Senhorias apresentar-lhes alguns fatos, para que o parecer, a ser apresentado no dia 24 de novembro às \_\_\_h\_\_\_, nas dependências das Faculdades de Vitória, situada na Rua Dr. João Carlos de Souza, 779, Bairro Santa Luiza, Município de Vitória-ES, possa ter fundamentação jurídica apropriada às novas circunstâncias apresentadas a seguir.

Antes, porém, é importante esclarecer que seu grupo terá o tempo mínimo de 30 minutos e o tempo máximo de 40 minutos para expor o parecer requerido. Ademais, como estarão presentes, nesta apresentação, outros(as) secretários(as), provavelmente serão requeridos dos presentes maiores esclarecimentos. Portanto, convém que todos estejam aptos para responder quaisquer perguntas que, eventualmente, sejam apresentadas.

### QUANTO ÀS NOVAS INFORMAÇÕES:

1) Esclarece que houve uma informação equivocada, pois o ambiente em que vivem os inscritos para as casas do bairro popular **NÃO** possui condições sanitárias adequadas para o desenvolvimento da vida. Portanto, onde se lê – “Os inscritos provêm, principalmente, de regiões próximas ao manguezal, os quais ameaçam o ecossistema local e o ambiente em que vivem apresenta condições sanitárias para o desenvolvimento da vida” –, leia-se – “Os inscritos provêm, principalmente, de regiões próximas ao manguezal, os quais ameaçam o ecossistema local e o ambiente em que vivem **NÃO** apresenta condições sanitárias para o desenvolvimento da vida”.

2) O Bairro Coração Verde é uma Ecovila que testa um projeto emissão zero de lixo e a difusão da filosofia da permacultura.

3) Constataram-se algumas questões inerentes ao órgão que emite as licenças ambientais, tais como: o número insuficiente de técnicos; a morosidade dos trâmites burocráticos; a diferença do tempo de validade da licença ambiental do instituto ambiental e a licença expedida pelo DNPM – para aquele o tempo de validade de uma licença é de quatro anos, enquanto para este a licença tem a duração de apenas um ano, em virtude deste fato há a necessidade de que as empresas renovem a licença anualmente.

3) O setor de rochas e granito, no Espírito Santo, é muito representativo, com projeção internacional. Tal fato tem alcançado este reconhecimento por parte do governo e da sociedade. Convém ressaltar ainda que a própria sociedade capixaba tem percebido a importância desse segmento, visto que emprega mais de 20 mil chefes de famílias, nas empresas de extração e beneficiamento cercas de 1,3 mil empresas de extração e beneficiamento instaladas nos 78 municípios do Estado.

4) Na área a ser desapropriada, encontram-se os seguintes exemplares da Fauna:

a) Mamíferos *Didelphidae Monodelphis Scalops* (Thomas, 1888) – atita – CRITICAMENTE EM PERIGO;

b) Mamíferos *Didelphidae Chironectes minimus* (Zimmermann, 1780) – cuíca-d'água – CRITICAMENTE EM PERIGO;

c) Mamíferos *Dasypodidae Priodontes maximus* (Kerr, 1792) – tatu-canastra – CRITICAMENTE EM PERIGO;

d) Mamíferos *Atelidae Brachyteles hypoxanthus* (Kuhl, 1820) – muriqui – CRITICAMENTE EM PERIGO.

## **SECRETARIA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E DE RECURSOS HÍDRICOS**

**Instalada provisoriamente nas dependências das Faculdades de Vitória**